

#### **ATIVIDADE DE INTERMEDIÁRIO DE CRÉDITO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA**

Lei n.º 46-A/2017 – DR n.º 128/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-07-05

Autoriza o Governo a regular o acesso e o exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito, transpondo a Diretiva 2014/17/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação.

#### **ALTERAÇÃO AO CÓDIGO DA ESTRADA**

Lei n.º 47/2017 – DR n.º 130/2017, Série I de 2017-07-07

Considera contraordenação grave a paragem e o estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com deficiência.

#### **LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Lei n.º 48/2017 – DR n.º 130/2017, Série I de 2017-07-07

Estabelece a obrigatoriedade de as entidades públicas assegurarem lugares de estacionamento para pessoas com deficiência, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro.

#### **REGIME JURÍDICO QUE ESTABELECE OS REQUISITOS DE ACESSO E DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE INTERMEDIÁRIO DE CRÉDITO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA**

Decreto-Lei n.º 81-C/2017 – DR n.º 130/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-07-07

Aprova o regime jurídico que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria, transpondo parcialmente a Diretiva 2014/17/EU.

#### **INFRACÇÕES RODOVIÁRIAS**

Lei n.º 49/2017 – DR n.º 131/2017, Série I de 2017-07-10

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado membro da União Europeia, transpõe a Diretiva 2015/413/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2015, e revoga a Lei n.º 4/2014, de 7 de fevereiro.

# SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

## **ALTERAÇÃO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO**

Lei n.º 51/2017 – DR n.º 134/2017, Série I de 2017-07-13

Quarta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (Exercício do direito de petição).

## **ALTERAÇÃO À INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS**

Lei n.º 52/2017 – DR n.º 134/2017, Série I de 2017-07-13

Terceira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa legislativa de cidadãos).

## **PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL (PNCT)**

Portaria n.º 208/2017 – DR n.º 134/2017, Série I de 2017-07-13

Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior.

## **CERTIDÃO ELECTRÓNICA**

Portaria n.º 209/2017 – DR n.º 134/2017, Série I de 2017-07-13

Regulamenta o regime do requerimento, da emissão, da disponibilização e da consulta da certidão eletrónica no âmbito dos processos dos tribunais judiciais, dos tribunais administrativos e fiscais e da competência do Ministério Público.

## **CONTRATO DE TRABALHO DO PRATICANTE DESPORTIVO**

Lei n.º 54/2017 – DR n.º 135/2017, Série I de 2017-07-14

Regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo, do contrato de formação desportiva e do contrato de representação ou intermediação (revoga a Lei n.º 28/98, de 26 de junho).

## **PENSÕES DE INVALIDEZ E VELHICE**

Portaria n.º 210/2017 - DR n.º 135/2017, Série I de 2017-07-14

Portaria que determina os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações registadas que servem de base de cálculo às pensões iniciadas durante o ano de 2017.

## **ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO TRABALHO E DO PROCESSO DO TRABALHO**

Lei n.º 55/2017 – DR n.º 136/2017, Série I de 2017-07-17

Alarga o âmbito da ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho e os mecanismos processuais de combate à ocultação de relações de trabalho subordinado, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro.

# SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

## **LEI ORGÂNICA DO REGIME DO REFERENDO**

Lei Orgânica n.º 3/2017 – DR n.º 137/2017, Série I de 2017-07-18

Sexta alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril (Lei Orgânica do Regime do Referendo).

## **REGISTO NACIONAL DE VARIEDADES DE FRUTEIRAS**

Decreto-Lei n.º 82/2017 – DR n.º 137/2017, Série I de 2017-07-18

Estabelece o regime jurídico das fruteiras e cria o Registo Nacional de Variedades de Fruteiras, transpondo as Diretivas de Execução n.os 2014/96/UE, 2014/97/UE e 2014/98/UE, da Comissão.

## **RECOLHA DE RESÍDUOS DE CARGA E GERADOS EM NAVIOS**

Decreto-Lei n.º 83/2017 – DR n.º 137/2017, Série I de 2017-07-18

Regula a recolha de resíduos de carga e gerados em navios, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/2087

## **IVA**

Portaria n.º 215/2017 – DR n.º 139/2017, Série I de 2017-07-20

Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção prevista no n.º 8 do artigo 27.º do Código do IVA, para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica.

## **ATUALIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE IVA**

Portaria n.º 221/2017 - DR n.º 140/2017, Série I de 2017-07-21

Portaria que procede à atualização da declaração periódica de IVA e respetivas instruções de preenchimento.

## **REG. DE SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DE FABRICO, REPARAÇÃO, COMÉRCIO, CEDÊNCIA, DETENÇÃO, TRANSPORTE, GUARDA DE ARMAS E MUNIÇÕES**

Portaria n.º 224/2017 – DR n.º 141/2017, Série I de 2017-07-24

Alteração às Portarias n.os 933/2006 e 934/2006, de 8 de Setembro

## **PROcriação Medicamente Assistida**

Lei n.º 58/2017 – DR n.º 142/2017, Série I de 2017-07-25

Quarta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (Procriação medicamente assistida).

## **SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADO**

Decreto-Lei n.º 85/2017 – DR n.º 144/2017, Série I de 2017-07-27

Cria um regime excecional que agiliza os processos aquisitivos, administrativos e financeiros para o desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado.

## **REGIME DAS SOCIEDADES DE REABILITAÇÃO URBANA**

Decreto-Lei n.º 88/2017 – DR n.º 144/2017, Série I de 2017-07-27

Altera o regime das sociedades de reabilitação urbana.

## **INFORMAÇÕES NÃO FINANCEIRAS E DE INFORMAÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE POR GRANDES EMPRESAS E GRUPOS**

Decreto-Lei n.º 89/2017 – DR n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28

Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/EU.

## **RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO**

Decreto-Lei n.º 90/2017 – DR n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28

Altera o regime jurídico do rendimento social de inserção.

## **REGIME JURÍDICO DE ENTRADA, PERMANÊNCIA, SAÍDA E AFASTAMENTO DE ESTRANGEIROS DO TERRITÓRIO NACIONAL**

Lei n.º 59/2017 – DR n.º 146/2017, Série I de 2017-07-31

Quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

## **GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO**

Decreto Regulamentar n.º 6/2017 – DR n.º 146/2017, Série I de 2017-07-31

Regulamenta o acesso à gestação de substituição.

## **ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DAS PENSÕES**

Dec. Regulamentar n.º 6-A/2017 – DR n.º 146/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-07-31

Regulamenta a atualização extraordinária das pensões.

# SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

## **MEDIDAS DE APOIO SOCIAL ÀS MÃES E PAIS ESTUDANTES**

Lei n.º 60/2017 – DR n.º 147/2017, Série I de 2017-08-01

Primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes.

## **REPRESENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE MULHERES E HOMENS NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL E DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA**

Lei n.º 62/2017 – DR n.º 147/2017, Série I de 2017-08-01

Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

## **MORADA ÚNICA DIGITAL**

Decreto-Lei n.º 93/2017 – DR n.º 147/2017, Série I de 2017-08-01

Cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital.

## **REGULAMENTO DO FUNDO PARA A MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA**

Portaria n.º 243/2017 – DR n.º 147/2017, Série I de 2017-08-01

Procede à segunda alteração ao Regulamento do Fundo para a Modernização da Justiça, aprovado em anexo à Portaria n.º 119/2011, de 29 de março, alterado e republicado pela Portaria n.º 210/2016, de 2 de agosto, e que dela faz parte integrante.